

A nova conjuntura econômica

21 AGO 1989

Ney Ottoni de Brito

Não resta a menor dúvida de que o país vive dias mais tranquilos. A conjuntura de agosto mostra indiscutivelmente uma retomada do controle do processo inflacionário e um dramático alívio no grau de desgaste do tecido social brasileiro. A evolução favorável da situação gera inúmeras oportunidades de reorganização social controlada. Ela abre espaço, por exemplo, para a maior aproximação que se observa entre o Executivo e o Legislativo, possibilitando uma maior estabilização do contexto institucional do país.

O relacionamento dos dois poderes ainda guarda sinais de evidente desgaste decorrentes do período de aceleração inflacionária até maio, quando foram registrados confrontos abertos na condução da política salarial e da política previdenciária. Não se deve ter quaisquer dúvidas de que esta aproximação e estabilização seriam totalmente impossíveis sem a retomada observada do controle do processo inflacionário. Da situação resulta um importante cenário de esperança para que o país consiga completar com relativa tranquilidade a última etapa do processo de transição política com o primeiro presidente civil eleito diretamente em quase três décadas.

Um país sem memória está condenado a repetir os mesmos erros e não podemos esquecer que tão recentemente quanto em maio último, atravessávamos conjuntura de extrema turbulência marcada pelo sentimento generalizado de desesperança. A expansão monetária atingia, então, um nível recorde de quase 34% no mês, induzindo a economia a níveis de liquidez nunca vistos e extremamente perigosos. Tudo resultava de uma execução financeira do Tesouro extremamente deficiente e de uma condução de política monetária que gerou

uma taxa real de juros no *overnight* negativa, com um evidente desestímulo à formação de poupança.

Era o *maio negro*, em que se antecipava a instalação de um processo hiperinflacionário que levaria certamente ao rompimento do tecido social, com inevitáveis seqüelas político-institucionais. Os agentes econômicos e a população em geral, ao perceberem o descontrole do Estado que se apropriava de bens e serviços pela simples emissão de papel-moeda e ao observarem que a taxa de juros negativa não protegia a sua poupança, foram dominados pela insegurança. O tecido social brasileiro mostrava evidentes sinais de desgaste, induzindo as classes produtoras a elevados reajustes corretivos e defensivos de preços e a corrida ao consumo.

A retomada de um controle sobre a economia começou pela utilização dos instrumentos tradicionais de política monetária pelo governo para estancar a perda de confiança na moeda. A base monetária expandiu-se 15,6% em junho e apenas 10,6% em julho, níveis substancialmente inferiores às inflações mensais observadas, possibilitando a redução da liquidez relativa da economia. Este controle só foi possível através da melhor execução financeira do Tesouro, que apresentou superávits primários tanto em junho quanto em julho.

Adicionalmente, a política monetária foi finalmente reorientada no sentido de manter uma taxa de juros real positiva na economia que atingiu pouco mais de 2% em julho. Esta taxa real de juros passou a desestimular a formação de estoques e a proteger a formação de poupança. Mais ainda: estimulou o registro antecipado de exportações por ser substancialmente superior às taxas prevalecentes no mercado internacional. Este conjunto básico de medidas resultou em pressões para a redução do ritmo de elevação dos preços, para a redução da expansão do consumo e demanda agregada e para a

melhoria da balança comercial brasileira.

Este novo cenário não pode ser utilizado como pretexto para o esquecimento de que a economia e a sociedade brasileiras enfrentam dificuldades estruturais de longo prazo. A manutenção de taxas reais de juros elevadas produz um crescimento mais rápido da dívida e do déficit público que certamente não ficará limitado aos 5,8% anunciados pelo governo. Adicionalmente, a remuneração real da dívida interna representará algum ganho real para o capital em um contexto de desgaste do poder aquisitivo de salários. Isto conduz a uma concentração de renda e riqueza e a uma potencialização do conflito distributivo entre o capital e o trabalho em um país no qual todas as variáveis sociais relevantes mostram uma enorme deterioração nas últimas décadas.

Outra dificuldade estrutural da economia brasileira é a sua tendência ao isolamento externo e sua dificuldade de integração competitiva internacional. Finalmente, a terceira grande dificuldade estrutural é o decantado gigantismo do Estado, que se intromete indevidamente em atividades empresariais sem dar conta de suas funções sociais básicas.

Estas dificuldades estruturais terão necessariamente que ser enfrentadas pelo próximo governo. No momento, cabe destacar a retomada de um mínimo de controle de processo inflacionário e somar esforços para manter o processo de transição política. A alguns setores empresariais cabe rever reajustes elevados de preços que embutem evidentes componentes defensivos. As nossas classes trabalhadoras cabe manter postura objetivamente negocial e responsável e, finalmente, cabe à nossa classe política manter o diálogo e a transigência no relacionamento com o Executivo.

Ney Ottoni de Brito é vice-presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro e consultor de empresas

JORNAL DO BRASIL